REPÓRTER DA TERRA

ANO I | Nº 2 | MARÇO DE 2005

Reforma Agrária é criança na escola

3 Fartura e violência compõem o cenário na região Norte do Brasil

4 Produção coletiva e investimentos: bons resultado em Mato Grosso

6 Assentamento capixaba produziu, em 2004, 12.324 sacas de café

8 Presidente do Incra reafirma urgência da Reforma Agrária

Douglas Mansur

EDITORIAL

Dificuldades e realizações da Reforma Agrária

A edição nº 2 do **Repórter da Terra** vem ao mundo regada pelas lágrimas dos camponeses do Pará pelo assassinato da Irmã Dorothy Stang a mando de fazendeiros que desmatam, escravizam e assassinam. Foi produzida sob o impacto do aumento da violência contra lideranças populares que tirou a vida, no último mês, do trabalhador rural Daniel Soares de Souza, no Pará e de, pelo menos dois, trabalhadores sem-teto, durante desocupação urbana em Goiânia.

A violência contra os sem-terra, os sem-teto e os que lutam ao seu lado, não é resultado de conflitos localizados, mas de problemas estruturais graves que têm como seu carro-chefe a alta concentração de muita terra nas mãos de pouca gente.

Nas suas andanças Brasil afora, os repórteres da terra têm sido testemunhas das dificuldades e problemas que os trabalhadores rurais acampados ou assentados enfrentam: a grilagem de terra e a violência física e psicológica são alguns exemplos. A lista de assassinatos e de ameaçados não pára de crescer. São padres, freiras, bispos, trabalhadores rurais e funcionários públicos, fiscais do Ministério do Trabalho e do Ibama.

Reforma Agrária é o caminho

Para o **Repórter da Terra**, a Reforma Agrária é o caminho para impedirmos que crimes como os que ocorreram em fevereiro de 2005 continuem acontecendo. O Brasil tem terra e recursos naturais para que todos construam suas vidas.

Por isso, trazemos para nossos leitores notícias da Reforma Agrária, de modo especial o que de bom está sendo feito nos assentamentos. Mostramos as inúmeras possibilidades de vida na zona rural quando o trabalhador tem um pedaço de terra para nela viver e produzir.

Com o que nossos repórteres têm presenciado, é possível afirmar que a reforma agrária possibilita crescimento econômico para o município. Ela pode ser um elemento decisivo para o desenvolvimento de inúmeras regiões do Brasil que fazem da produção agrícola sua principal atividade, beneficiando as pessoas e comunidades da própria região. E, também, o único caminho para pôr fim a massacres e atentados contra a vida e a cidadania dos camponeses, que precisam, urgentemente, cessar.

Este jornal é parte do processo de monitoramento, diálogo com a sociedade e formação, desenvolvido pelo Projeto Nacional de Formação nas Áreas de Reforma Agrária.

Capa: Rita de Cássia S. de Souza, 29, filha de assentado e professora da Escola Estadual 27 de Outubro, que funciona no interior do Assentamento Georgina, no Espírito Santo. | Foto: Sueli de Freitas

OPINIÃO

Agricultura familiar gera mais riqueza do que o agronegócio no Rio Grande do Sul

Estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) revela que a agricultura familiar é responsável por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, um dos principais produtores de alimentos do país. O agronegócio exportador gera 23% do PIB gaúcho.

POR MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Porto Alegre - A riqueza produzida pela agricultura familiar foi responsável por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, em 2003, enquanto que o agronegócio (voltado principalmente para a exportação) representou 23% do PIB gaúcho. As cadeias produtivas vinculadas ao trabalho no campo representaram metade do PIB do Estado, enquanto que, em nível nacional, essa participação foi calculada em 33%. Os números apresentados no dia 10 de março, durante reunião da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembléia Legislativa do RS, são resultado de uma pesquisa inédita realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo (USP), a pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O estudo teve como objetivo quantificar a renda gerada pelas cadeias produtivas ligadas à agricultura familiar.

O setor é responsável, por exemplo, por 97% na produção de milho, 99% dos laticínios, 74% do milho e 58% da soja.

A audiência pública contou com a presença do ministro Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário). A metodologia e os critérios utilizados na pesquisa foram detalhados pelo professor Joaquim José Martins Guilhoto, da Faculdade de Economia e Administração da USP. O primeiro estudo sobre o PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar no Brasil foi divulgado em dezembro de 2004 pelo MDA. O levantamento regional realizado no Rio Grande do Sul, um dos principais produtores de alimentos do país, mostrou que a média da participação da agricultura familiar do RS (23,5%), no período de 1995 a 2003, é 2,5 vezes superior a da média nacional (9,3%). Já o agronegócio, tem participações semelhantes (19,4% no RS e 19,1% em nível nacional).

Desmontando alguns mitos

A pesquisa da Fipe também revelou que a agricultura familiar no RS, nos últimos oito anos, cresceu 52%, enquanto a variação do PIB gaúcho chegou a 25% e a do PIB nacional apenas 16%. Na avaliação de Joaquim Guilhoto, estes dados desmentem alguns mitos e comprovam que a agricultura familiar tem uma real importância econômica, não cumprindo apenas a função de garantir a subsistência dos pequenos agricultores. O setor é responsável, por exemplo, por 97% na produção de milho, 99% dos laticínios, 74% do milho e 58% da soja.

Para o ministro Miguel Rossetto, a pesquisa da Fipe apresenta, entre outros méritos, a possibilidade de qualificar as políticas públicas para o setor. Rossetto destacou ainda que a agricultura familiar integra hoje mais de 4 milhões de produtores em todo o país, sendo 440 mil no Rio Grande do Sul. Para ele, trata-se de um segmento com grande capacidade de respostas econômicas, gerador de renda, produtor de alimentos e distribuidor de riqueza. "Esta é a verdadeira modernidade que o país precisa", resumiu. Por outro lado, o titular do MDA reconheceu que existem problemas que devem ser enfrentados, entre eles a questão dos insumos. Rossetto defendeu a necessidade de se pensar uma cadeia produtiva equilibrada, para que não haja concentração de renda em apenas um setor. Daí a importância que o MDA vem dando à agricultura familiar, justificou Rossetto, destacando o aumento de recursos federais que saltaram de R$ 2,4 para R$ 7 bilhões este ano.

*Texto publicado na **Agência Carta Maior** (www.agenciacartamaior.com.br), em 10/03/2005*

REPÓRTER DA TERRA - *Rua Júlio Otoni, 571, Santa Teresa (RJ), CEP. 20.250-040 - http://www.ceris.org.br / ceris@ceris.org.br*
Coordenação Editoral: **Núcleo Piratininga de Comunicação** | *Edição:* **Claudia Santiago** *(Mtb.14.915-RJ)* / **Isaías B. de Araújo** *(Mtb. 25.546-RJ)* | *Projeto Gráfico:* **Núcleo Piratininga de Comunicação e Estúdio Metara** | *Programação Visual e Produção Gráfica:* **Estúdio Metara** | *Revisão:* **Rosângela Gil** | *Com a participação de:* **Gustavo Barreto** (RJ), **Reginaldo Moraes** (SP), **Sérgio Domingues** (SP), **Tânia Jandira** (RJ) e **Vito Giannotti** (RJ) | *Reportagens:* **Rogério Almeida** (PA), **Najla Passos** (MT), **Sueli de Freitas** (ES), **Caio Teixeira** (SC), **Helóisa de Souza** (PB) e **Manuel Amaral** (SP) | *Impressão e fotolitos:* **Folha Dirigida**

Conflitos e sonhos se misturam na região Norte do País

Eles saíram do Ceará, do Maranhão, do Tocantins e, junto com os paraenses, estão construindo uma alternativa econômica para si e suas famílias

Por Rogério Almeida

Considerada por pesquisadores ainda como uma fronteira aberta, a Amazônia recebe pessoas de variadas regiões do Brasil e do mundo. Uns buscam um Eldorado. Há os que procuram um trabalho. Muitos desejam um pedaço de terra para sobreviver.

A Ilha de Mosqueiro, com 27 mil habitantes, é um pedacinho de chão. Duas horas de viagem de ônibus a separa da capital Belém. Nela, 91 famílias de cearenses, maranhenses, piauienses e paulistas foram assentadas em 1999. Hoje já são 123. O aumento do número de famílias no assentamento explica-se pela presença de agregados e filhos que se casam.

Essa história começa em 3 de maio de 1999, quando as famílias sem terra ocuparam a área de 408 hectares da Fazenda Taba de uma antiga companhia de aviação da Amazônia. Antes de ser ocupada, a fazenda se dedicava à extração irregular de pedra e areia, e mantinha 60 pés de coco de forma descuidada. Hoje, a extração de coco é parte da renda de algumas pessoas do projeto de assentamento. A área está regularizada. Os nomes das ruas ajudam a manter viva a chama dos que tombaram na luta pela terra. Oziel Pereira, Lourival Costa, Manoel Gomes de Souza, mortos no Massacre do Eldorado, são alguns dos militantes lembrados.

O nome do assentamento, Mártires de Abril, é uma homenagem aos 19 trabalhadores rurais sem terra mortos pela Polícia Militar no dia 17 de abril de 1996, no imortalizado Massacre de Eldorado do Carajás, sudeste do estado. Até a criação do assentamento pelo Incra foram anos de liminares de reintegração de posse, ações da PM, preconceito da população local e pichação por parte da imprensa.

Produção

Núcleos planejam o plantio, a criação de animais e a pesca

Organizados em núcleos de produção de base, as famílias são responsáveis desde o processo de organização do acampamento à semeação e divulgação de valores que inspirem a ação coletiva. As casas são tratadas com esmero. As plantas ornamentais e frutíferas cercam as residências. Nos quintais assentados criam pequenos animais.

O assentamento conta uma escola para crianças, alojamento, refeitório e espaço para reuniões. No fim do ano as celebrações foram marcadas por almoços comunitários. Boa parte da ceia veio dos dez Núcleos de Produção de Base que oscilam entre sete e dez participantes cada um.

A produção é planejada em três planos: curto, médio e longo prazo. Estes núcleos de base ajudam a construção da democracia do assentamento. Fica sob sua responsabilidade a coordenação do assentamento.

A Associação dos Produtores do Assentamento Mártires de Abril (Aproama) também é composta pelos núcleos. Neles encontramos desde a horta, passando pela criação de porcos e galinhas, até a pesca. Técnicos contratados pela Prefeitura de Belém prestam assessoria aos assentados.

Histórias de vida

Mamede e Téo: luta, família e estudo

Mamede Gomes de Oliveira tem 50 anos. É maranhense casado com a paraense **Teófila Nunes** de 52 anos. Desde jovem integrou comunidades eclesiais de base. É agricultor e apicultor. Mamede explica que os lotes de produção estão repletos de plantio de culturas de longo prazo, como o cupuaçu e açaí. Apontando para o açude na área, ele diz que tem gente que quer trabalhar com peixe.

Teófila, tratada carinhosamente de Téo, está concluindo o curso de graduação em pedagogia na Universidade Federal do Pará. Ela divide o tempo em múltiplas atividades. Ação no assentamento, estudo, reuniões e a casa.

Maria Raimunda: o lote está no nome dela

Maria Raimunda é goiana. Tem 34 anos e dois filhos. Nasceu em Araguaína, hoje estado do Tocantins. Com 15 anos se mudou para Marabá, sudeste do Pará, antes de ir morar em Tomé-Açu, onde em 1999 teve contato com o MST. Subvertendo a tradição machista, o lote da terra é em nome dela.

Ela lembra espinhosos momentos no início do acampamento. Raimunda recorda que na escola que os filhos freqüentam sofriam preconceito de professores e colegas da sala. A assentada narra que o mesmo só foi superado após uma visita da diretora da escola e alunos ao assentamento. Ao verificarem a realidade do assentamento, e serem presenteados com várias hortaliças, a impressão mudou.

Augusto Santos: das ruas de Belém ao assentamento

O cearense Augusto Santos de 53 anos morava nas ruas de Belém até 1999. Vivia de pequenos trabalhos em carpintaria no mercado do Ver o Peso. Santos conta que trabalhou em construção civil em grandes projetos em Tucuruí, na década de 70. Foi garimpeiro em Goiás e lavrador em Juazeiro.

Hoje, em seu quintal há pés de banana, jambo, graviola, limão, mamão. Num roçado cultiva feijão e macaxeira. Ao falar dos desafios nos conta que: "Olha, a gente aqui tem um pouso. Tenho a minha casa. Às vezes aqui a gente sofre umas tormentas. Só que a gente não pode largar a terra. A nossa luta é isso", diz Maria Raimunda.

Fartura e violência

As terras da Amazônia são famosas pela fartura de riquezas: minerais, vegetais, animais e por possuir a maior reserva de água doce do planeta. Nessas mesmas terras, também ricas em variedade social - pescadores, ribeirinhos, extrativistas, indígenas -, ocorreram grandes projetos econômicos.

Tais projetos colaboraram para graves feridas na região, entre elas a concentração da terra em mãos de poucas pessoas, empresas internacionais, empresários de ricas regiões do país e mesmo locais. Na história da Amazônia, em particular, no Pará, o segundo estado em extensão territorial, tal modelo de concentração da terra tornou o estado o mais violento da luta pela terra no Brasil. Os alvos da violência na luta pela terra são trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Produção coletiva e investimentos garantem sucesso da Reforma Agrária

Oito famílias assentadas na fronteira do Brasil com a Bolívia aprendem que, juntas, podem multiplicar os recursos destinados à Reforma Agrária. É um número pequeno, mas revela dois aspectos que merecem atenção: a produção coletiva e o investimento público em assentamentos mudam, para melhor, a vida dos envolvidos no projeto. Em pouco mais de dois anos, já produzem uma média mensal de 14 mil litros de leite, colhem 30 alqueires de milho e outros cinco de arroz. Assim, garantem uma renda familiar digna. Conquistam a esperança no futuro. E exercem, enfim, a cidadania brasileira.

Por Najla Passos

Os irmãos Osmar, Sônia e Marisa Tolomeu são mineiros. Ramon Rosa também. Rosalino Dias Francisco é mato-grossense. Cladir Adão Babinski, catarinense. O casal Valmir e Zélia Ferrari dos Santos, capixaba. Suas histórias de vida são muito parecidas. Também comuns a muitos outros brasileiros. Migraram de suas cidades de origem em busca de uma vida mais digna. Lutaram de várias formas, em várias frentes, por diferentes cantos do país.

Mas foi na faixa de fronteira do Brasil com a Bolívia que conseguiram exercer, de fato, a condição de cidadãos brasileiros. Isso porque tiveram acesso a um pedaço de terra no Projeto de Assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Araputanga (350 Km de Cuiabá-MT).

Os resultados são excelentes para uma experiência que teve início há pouco mais de dois anos. Todos têm casa para morar e uma renda familiar no final do mês. Renda essa, inclusive, superior a da maioria da população brasileira. Organizados em um Grupo Coletivo que congrega um total de oito famílias, garantem uma produção média mensal de 14 mil litros de leite.

Para o próximo mês, vislumbram a colheita de 30 alqueires de milho e cinco de arroz. Sem contar que cultivam horta e pomar para diversificar a alimentação das famílias. Criam porcos e galinhas. Comercializam bezerros. Asseguram educação de qualidade para suas crianças. Auxiliam as outras 147 famílias que vivem no assentamento. Têm esperança no futuro.

Sonho coletivo

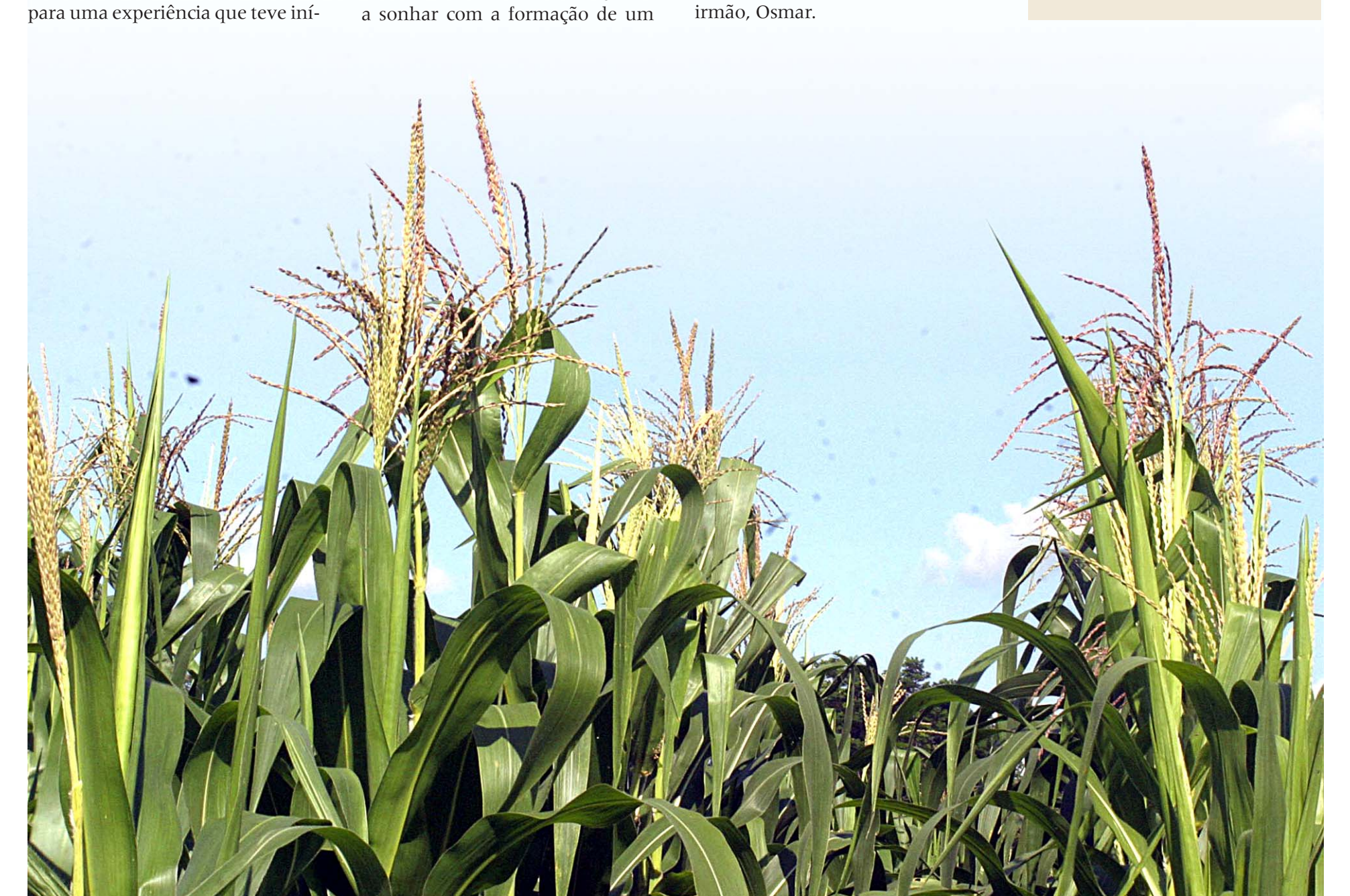
Os irmãos Tolomeu começaram a sonhar com a formação de um Grupo Coletivo de Assentados em 1997, quando ainda viviam em um acampamento do MST. "No acampamento, já pudemos notar que, sozinhos, não somos ninguém. Começamos, então, a convencer outros a embarcar no nosso sonho", lembra Sônia Tolomeu, coordenadora do Florestan Fernandes.

> ***"Quando tivemos acesso ao financiamento do Pronaf, tivemos certeza de que precisaríamos nos unir para avançar"***

Segundo ela, no ano seguinte, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desapropriou a Fazenda Santana, para onde foram transferidos. Mas o parcelamento só saiu, de fato, em 2002. "Foi quando tivemos acesso ao financiamento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). E foi quando tivemos certeza de que precisaríamos nos unir para avançar. Passamos, então, a dividir a terra, os recursos, os equipamentos, a vida", conta seu irmão, Osmar.

Frutos do financiamento começam a ser colhidos

Com os financiamentos do Pronaf, as oito famílias compraram um trator e cem vacas leiteiras. Perfuraram poços artesianos. Araram a terra. Construíram suas casas. Asseguraram energia para o grupo. Venderam os bezerros paridos para garantir novos investimentos. Trabalharam de sol a sol. Hoje, colhem os resultados. Contabilizam 220 vacas leiteiras, dezenas de bezerros de corte, 35 hectares de área plantada, pequenas hortas e pomares, criações de porcos e galinhas.



Sistema de agrovilas reforça laços de solidariedade

Na casa da assentada Zélia Ferrari dos Santos nem sempre tem água fresca para oferecer aos visitantes. Mas isso não chega a ser um problema. Em um instante, ela corre até a casa do vizinho e volta com um vidro bem gelado.

"O sistema de agrovilas implantado no Projeto de Assentamento Florestan Fernandes se transformou em modelo para a região leste de Mato Grosso porque favorece a solidariedade. Quem tem mais ajuda quem tem menos", afirma o assentado Valmir Evangelista dos Santos.

Para Valmir, a implantação do sistema de agrovilas também significa economia. "Como as residências estão próximas umas das outras, é mais fácil distribuir água, energia e até abrir estradas. É por isso que já temos uma infra-estrutura razoável e multiplicamos os recursos governamentais", explica.

A coordenadora do assentamento, Sônia Tolomeu, conta que os técnicos do Programa Luz Para Todos, do Governo Federal, ficaram bastante satisfeitos com a planta do Florestan Fernandes. "Para eles, ficou muito mais fácil distribuir os postes de iluminação, já que a distância entre as casas é bem menor do que em outros assentamentos ".

> ***Na fronteira do Brasil com a Bolívia é comum a existência de milícias armadas, contratadas pelos grandes latifundiários para aterrorizar famílias sem-terra***

Segurança maior

Osmar Tolomeu aponta uma outra vantagem do modelo: a segurança. Segundo ele, na faixa de fronteira do Brasil com a Bolívia é comum a existência de milícias armadas, contratadas pelos grandes latifundiários, para aterrorizar famílias sem-terra e de pequenos produtores. "Morando próximos, estamos mais protegidos", sintetiza.

Tolomeu lembra que terras localizadas na faixa de fronteira pertencem à União. Em Mato Grosso, a quase totalidade delas foi grilada por grandes latifundiários, durante a expansão agrícola dos anos 70, favorecida pela Ditadura Militar.

"Esses latifundiários sabem que não têm direito legal às terras que ocupam. Por isso, fazem qualquer coisa para explorá-las por mais tempo. Inclusive contratar pistoleiros. Mas nós não sucumbimos. Sabemos que, juntos, também somos fortes", conclui.

Tanque de resfriamento assegura lucro e integração com outros produtores

Avanços na produção

A aquisição de um tanque de resfriamento de leite mudou a dinâmica da vida das oito famílias do Grupo Coletivo do Assentamento Florestan Fernandes. Com capacidade para até 2 mil litros, o tanque permite que os moradores armazenem a produção diária e disputem preços melhores no mercado.

"Quando vendíamos o leite para os laticínios de Araputanga, com entrega diária, recebíamos R$ 0,40 centavos por litro. Com a aquisição do tanque, conseguimos negociar a venda para um laticínio de outro município. E como eles só vêm buscar o produto de quatro em quatro dias, nos pagam R$ 0,50 pelo litro", explica o assentado Osmar Tolomeu.

O técnico do Pronaf, Odir Campos Soares, afirma que a aquisição do tanque foi fundamental para os assentados assegurarem a venda do leite produzido. "A legislação prevê que, a partir do próximo ano, o produtor que não resfriar o leite estará fora do mercado", esclarece.

> ***"Sozinho, um assentado jamais poderia comprar um equipamento que custa cerca de R$ 20 mil".***

Conforme Osmar, o tanque foi adquirido através de uma linha de financiamento do BNDES. Deverá ser pago em 48 meses. "Sozinho, um assentado jamais poderia comprar um equipamento deste porte, que custa cerca de R$ 20 mil e os recursos liberados pelo Pronaf somam R$15 mil. Por isso, é tão importante a implementação de grupos coletivos", justifica.

Assentados querem diversificar produção para atender população local

Um município que só produz leite

Criado em 1981, em área habitada anteriormente pelos índios bororos, o município de Araputanga possui uma extensão territorial de 1.602,17 Km2. A população, entretanto, não chega a 15 mil habitantes. "Em Araputanga, prospera o grande latifúndio", afirma o assentado Osmar Tolomeu.

A economia da cidade é centrada na produção leiteira. "Por isso, o custo de vida no município é tão alto. Todos os demais alimentos vêm de outras regiões do país", explica Tolomeu.

No supermercado da cidade, os exemplos são muitos. Um quilo de arroz custa R$8,37. O de feijão, 2,69. O quilo da banana sai por R$ 2,19. O de tomate, R$ 3,20. O litro da gasolina chega a assustar: R$ 2,83. "Insumos, produtos agrícolas, tudo é muito caro", reclama o assentado.

Segundo ele, o projeto de Grupo Coletivo do Florestan Fernandes é diversificar cada vez mais a produção. "Temos consciência que se oferecermos produtos de qualidade, variados e a baixo custo para conseguirmos fazer a população entender a importância da Reforma Agrária", diz.

Reforma Agrária desenvolve a economia dos capixabas

Os assentamentos da região do KM 41 produzem principalmente café e pimenta do reino. Pesquisa feita junto a 237 famílias que têm produção consolidada, em 2004 a produção de café foi de 12.324 sacas, numa área de 289 hectares de terra.

A produtividade média foi de 42 sacas de café por hectare. Essa produção foi vendida por um preço médio de R$ 110,00 a saca, o que perfaz um total de R$ 1,35 milhão de reais. A renda bruta anual foi de R$ 5.620,00 por família, ou renda média de R$ 476,00 mensais.

Por Sueli de Freitas

Na madrugada do dia 27 de outubro de 1985, aproximadamente 370 famílias de doze municípios do Norte do Espírito Santo ocuparam a Fazenda Georgina, uma propriedade localizada no distrito de Nestor Gomes, em São Mateus, a 220 KM de Vitória. Nascia ali o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Espírito Santo. A conquista da terra veio no ano seguinte, com a formalização do primeiro assentamento na região.

Marcelo Negris, comerciante da região

Após 20 anos dessa primeira ocupação organizada pelo Movimento, a vida naquela localidade, mais conhecida como KM 41, é bem diferente do que existia quando da chegada dos sem-terra.

A região abriga, hoje, cinco assentamentos: o Georgina, onde foram cadastradas 80 famílias – mais cinco que ocupam uma área devoluta no interior do assentamento, conhecida como São Vicente –; o Vale da Vitória, que abriga 39 famílias; o Córrego da Prata, com 17, e Juerana, com 18 famílias. O quinto e mais recente assentamento da região é Zumbi dos Palmares, com 151 famílias.

"O KM 41 não tinha praticamente nada. Minha irmã tinha um pequeno bar, muito humilde, que foi comprado pelo meu pai e a gente se instalou ali em março de 1986. A chegada dos sem-terra deu um impacto muito grande à região, porque o governo injetou dinheiro através de projetos para os assentamentos", diz o comerciante Antônio Zampirolli, 38 anos, natural de Nova Venécia. Hoje ele é dono de uma rede de supermercados, com lojas no KM 41, no KM 35 da mesma rodovia e na sede de São Mateus.

A expansão dos negócios da família Zampirolli começou em 1989. O humilde bar foi transformado em mercearia e restaurante para atender também aos trabalhadores que atuavam no asfaltamento da rodovia. Mais tarde, a mercearia ganhou *status* de supermercado, a primeira loja da rede. "Hoje 60% da clientela dessa loja vêm dos assentamentos da região. Em época de colheita as vendas aumentam bastante", conta.

Toda a região ganhou

Antônio não foi o único da família que viu seus negócios expandirem. Seu irmão, Moizés Zampirolli, 35 anos, que era pedreiro em Nova Venécia, hoje é dono de uma loja de material de construção. "O crescimento da região em função dos assentamentos nos ajudou muito. O comércio aqui era de pequeno porte. Tudo que você precisava comprar tinha que ir a São Mateus ou a Nova Venécia. Hoje, você pode comprar no KM 41 eletrodomésticos, material de construção, material para irrigação, produtos de supermercados, temos tudo na região. Começamos com um simples bar, com uma portinha", lembra ele.

A oportunidade de novos negócios também foi percebida pela família de Marcelo Negris, 37 anos, que trabalha com material de construção, materiais para irrigação, adubo e outros produtos agropecuários, além de ter um supermercado. "A minha família mora aqui há mais de 30 anos. Nós éramos apenas produtores rurais. A região era muito carente para aquisição de alguns produtos. A gente viu essa necessidade e foi implantando o comércio e adaptando de acordo com as condições da época. Isso teve muito a ver com a chegada dos assentamentos. Aqui era uma região de pequenos proprietários de terra e o consumo era muito baixo. Com a chegada dos sem-terra, a figura regional mudou totalmente. O comércio teve que se adequar à procura dos produtos", conta.

O peso do assentamento

Segundo o secretário de Agricultura da Prefeitura de São Mateus, Welington Secundino, o distrito de Nestor Gomes é responsável hoje por 70% da produção agropecuária do município. O peso dos assentamentos nessa produção é estimado em 10%, o que é considerado um desempenho "muito bom" pelo secretário. "É o distrito mais forte no setor de agropecuária. A chegada dos sem-terra gerou emprego e renda na região. Hoje você vê o desenvolvimento econômico e social", avalia. O secretário acrescenta que os assentados conseguiram "se entrosar bem com os moradores do local e hoje estão inseridos como pequenos agricultores". Segundo ele, antes dos assentamentos prevalecia na região a pecuária de corte e leite, que tinha baixa produtividade, e extração de madeira.

Café e pimenta garantem renda das famílias

Os assentamentos da região do KM 41 produzem principalmente café e pimenta do reino para comercialização. De acordo com uma pesquisa feita pela assessoria técnica da região junto a 237 famílias que têm produção consolidada, em 2004 a produção de café foi de 12.324 sacas, numa área de 289 hectares de terra. A produtividade média foi de 42 sacas de café por hectare. Essa produção foi vendida por um preço médio de R$ 110,00 a saca, o que perfaz um total de R$ 1,35 milhão de reais. A renda bruta anual foi de R$ 5.620,00 por família, ou renda média de R$ 476,00 mensais.

Já a produção de pimenta do reino seca no ano passado foi de 146.940 quilos em 19 hectares de terra, gerando uma renda mensal média de R$ 141,00 por mês para cada uma das 289 famílias que plantaram o produto.
A perspectiva de produção para 2005 é de aumento de 12% na produção de café e 30% na de pimenta.

O plantio de outros produtos - como mandioca, milho e feijão - é, sobretudo, para o consumo das famílias, assim como a criação de aves e peixes em lagos construídos próximos às casas.

Plantação de pimenta do reino

Filhos de assentados têm formação superior ou técnica

O desenvolvimento resultante dos assentamentos na região do KM 41 não se restringe à economia. A organização dos trabalhadores no Movimento Sem-Terra também proporciona o desenvolvimento social, com destaque para a formação educacional dos filhos dos assentados.

Akeles Carolini, técnico agrícola e filho de assentado

"Eu vim para cá aos nove anos, quando ainda era ocupação. Hoje tenho 29, fiz pedagogia, com licenciatura plena em Pedagogia da Terra – num convênio do Incra com o MST e Universidade Federal do Espírito Santo – e agora estou tentando uma pós-graduação em séries iniciais e educação infantil", conta a professora Rita de Cássia Santos de Souza, da Escola Estadual de Ensino Fundamental 27 de Outubro, que funciona no interior do Assentamento Georgina.

Até a ocupação, o pai de Rita trabalhava como bóia-fria, cortando eucalipto, e a mãe numa empresa de capina. "Para a minha família foi um processo de reflexão e mudança muito grande. Vivemos um movimento glorioso. Deixamos de ser desempregados, de ser humilhados, porque meu pai já estava com problemas de saúde e não era mais requisitado para o trabalho, sempre estava em segundo lugar. Ele estava meio desesperado. Vindo para a ocupação, ele recuperou a vontade de lutar, a auto-estima".

Anita Costa trabalha na farmácia.

De doméstica a agente de saúde

Anita de Souza Costa cuidava da sua casa até chegar à ocupação da Fazenda Georgina, em 1985. Lá entrou para a equipe da saúde, cuidando da higiene das crianças, dando assistência às mulheres grávidas e encaminhando doentes para atendimento médico. Depois de passar por treinamento e cursos na área de saúde, Anita hoje trabalha na Farmácia comunitária que atende à região.

"A nossa equipe é formada por seis pessoas. Os remédios são homeopáticos e fitoterápicos. Usamos a matriz fornecida pela Pastoral da Saúde, que também nos dá treinamento. Também fazemos massagem e distribuímos preservativos femininos e masculinos", conta ela.

Aliando o trabalho comunitário com seus conhecimentos na área de saúde, Anita fez concurso para a rede municipal e há cinco anos se tornou agente de saúde comunitária. Nessa função, ela visita as famílias da região, faz palestras e dá orientações sobre exames preventivos para homens e mulheres.

Associação viabiliza projetos para os assentamentos

O distrito de Nestor Gomes abriga o Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Agricultores (CIDAP) do Espírito Santo. Uma associação sem fins lucrativos que viabiliza projetos para os assentamentos.

Entre os projetos a serem desenvolvidos no CIDAP e que já foram aprovados pelo Governo Federal está o Centro Irradiador de Manejo da Agrobiodiversidade em Assentamentos de Reforma Agrária, com financiamento da Fundação Nacional do Meio Ambiente e do Incra. A proposta é capacitar agricultores e técnicos, implantar unidades de produção sustentável, apoiar estratégias de beneficiamento e comercialização, bem como estimular as ações de correção do passivo ambiental na região. O projeto vai beneficiar cerca de 340 famílias do entorno do CIDAP e começará a ser desenvolvido já neste primeiro semestre.

Um outro projeto é o que cria um Centro de Pesquisa Agroecológica, com financiamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. O projeto é da Confederação das Cooperativas para Reforma Agrária no Brasil (Concrab) e pretende estabelecer unidades de pesquisa, uma delas no CIDAP, para dar respostas tecnológicas às demandas de cada região.

São Mateus foi o berço do MST no Espírito Santo

A ocupação da Fazenda Georgina, em 27 de outubro de 1985, consolidou a instalação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Espírito Santo. A decisão de trazer o MST para o Estado foi tomada a partir da participação de lideranças dos sindicatos rurais, integrantes da Comissão Pastoral da Terra e agentes de pastoral das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) no 1º Encontro Nacional do MST, em 1984, em Cascavel.

Presença da Igreja. Cruz marca local da primeira ocupação no Espírito Santo, em 27/10/85

O primeiro passo foi a organização dos grupos em todo o Norte do Estado, em 1984. No ano seguinte aconteceu a primeira experiência de ocupação.

"Nós estávamos em Rio Bananal, eu era meeiro, fazíamos algumas reuniões. Então a gente sabia da ocupação, mas não tinha bem a certeza para onde iríamos, pois no meio do pessoal tinha muita gente que vacilava. Eu tinha assistido algumas reuniões. Lá no seminário tinha o padre João que fazia reuniões. Eu não dava muito crédito. Um dia chegou um companheiro e falou: 'Nós vamos fazer uma ocupação'. Eu disse: 'Rapaz, o poder está nas mãos dos homens. Se nós entrarmos lá, o que vamos resolver?'. Eu fiquei com aquilo na cuca. A minha filha que também fazia reuniões onde ela trabalhava como professora começou a me incentivar. Aí marcaram o dia", conta o assentado Antenor Mendes de Oliveira, hoje com 78 anos.

O despejo por ordem judicial veio em 4 de novembro de 1985. Os sem-terra ficaram acampados às margens da rodovia que liga São Mateus a Nova Venécia por 49 dias. Depois foram deslocados para uma área do Governo do Estado, onde hoje existe o Assentamento Vale da Vitória. A posse formal da Fazenda Georgina aconteceu somente no dia 06 de maio de 1986.

A cruz no trecho conhecido como *27 de outubro*, no interior da Fazenda Georgina, é o marco dessa primeira ocupação de terras do MST no Espírito Santo. "Antigamente, quando se fazia a ocupação, a Pastoral da Terra acompanhava, a Igreja estava muito presente. Não se tinha o símbolo do MST, como temos a bandeira hoje. Então a cruz era fincada, era o marco do assentamento", conta a professora assentada Rita de Cássia Santos de Souza.

Lembranças da luta no movimento

Assim como Seu Antenor, o ex-vaqueiro Sebastião Rosa da Silva, 66 anos, de Santa Maria, que fica entre Boa Esperança e São Mateus, começou a participar de um grupo que tratava da reforma agrária e participou da primeira ocupação do MST no Espírito Santo. "Pra mim mudou tudo a partir da ocupação. Tinha oito filhos pequenos. Eu vim viúvo para cá, trabalhava e tinha que cuidar deles. Nunca entreguei os pontos. Graças a Deus, me acho muito feliz porque se eu não tivesse vindo para a ocupação minha vida ia ser apertada. Hoje tenho filho encaminhado no movimento. Tenho uma filha que foi da liderança, estudou e é professora. Outra também é formada na área de saúde, estudou no Rio Grande do Sul. Tenho um filho mais novo que também estudou no Rio Grande do Sul e trabalha no CIDAP. E por aí a gente vai levando a vida. Todos têm uma formação e ajudam no movimento.

"Minha vida é essa. É lutar para ver a melhora dos outros que estão pra trás. Quanta terra tem nas mãos de gente que não necessita de terra e quantas pessoas passam fome por falta de um pedaço de terra para trabalhar", reflete ele.

Antenor Mendes de Oliveira, 78 anos

Cooperativa produz 360 mil litros de leite por dia

Há 20 anos era um sonho. Uma terra vazia, improdutiva, e muita vontade de lutar por ela. Hoje, a Cooperoeste, com sede em São Miguel d'Oeste, próximo à fronteira de Santa Catarina com a Argentina, é um modelo de produção. Seu parque industrial tem capacidade de processar e embalar até 360.000 litros de leite longa vida por dia. A cooperativa reúne agricultores de vários municípios. A organização da produção é a partir dos assentamentos ou comunidades.

Por Caio Teixeira

A Cooperativa de Comercialização do Extremo-oeste Ltda. (Cooperoeste) tem um patrimônio avaliado em R$ 25 milhões. Os bons resultados econômicos foram conquistados com muitas dificuldades. Eles não são conseqüência de nenhum plano econômico mirabolante, nem de grandes investimentos estrangeiros. Ao contrário, o empreendimento cresceu apesar das turbulências e instabilidades do mercado e da falta de apoio dos governos. Celestino Persch, presidente da cooperativa, lembra que, em 1997, justamente quando tinham, a custo de muito trabalho, montado uma estrutura para a produção de leite, o governo cortou os créditos. "Na época muitas famílias abandonaram seus lotes no assentamento por não conseguirem enxergar perspectivas e quem saiu se arrependeu".

As dificuldades são desafios

Na região Sul do Brasil, a lei estabelece em 12,5 hectares por família, o módulo para fins de reforma agrária. É pouco, principalmente se levarmos em conta que a maioria dos lotes fica em terreno acidentado, de difícil manejo. Em alguns lotes, só se aproveita a metade da terra com a produção. O restante é íngreme demais para qualquer tipo de cultivo ou criação. O movimento dos trabalhadores rurais luta, hoje, para aumentar o tamanho do lote, reduzindo o número das famílias em cada assentamento para que caiba a cada uma delas, uma porção de terra maior.

Outro complicador é o crédito. No início, os assentados tinham o Procera, um programa de crédito subsidiado para a reforma agrária e contavam com assistência técnica da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), mas o governo Fernando Henrique Cardoso cortou tudo em 1997.

No atual governo, o crédito está voltando devagar, sem subsídios, com juros altos e valor limitado. Dificuldade, no entanto, é uma palavra que não se ouve nos assentamentos. Em seu lugar, os agricultores preferem usar a expressão "desafio".

A cultura de enfrentar desafios e superá-los, desde os tempos de acampados, contagiou a região e a cooperativa que começou com os assentamentos, hoje congrega a maioria dos pequenos agricultores da região que não tem origem no movimento.

Lotes pequenos tiram os filhos do campo

Celestino admite que o objetivo inicial foi alcançado pelos que conquistaram seu pedaço de terra e estão produzindo. "É preciso ampliar a Reforma Agrária pois os lotes são muito pequenos e a nova geração não tem espaço para produzir.", diz. Assim, os filhos dos pioneiros acabam indo embora para a cidade retomando o ciclo do êxodo rural. Para Celestino, a Reforma Agrária é importante para fixar o homem no campo.

Há, hoje, cerca de 500 jovens na região. "Os pais ficam velhos e os filhos devem ocupar seu lugar. Não vamos abandonar o que foi conquistado com tanta luta e para isto, é preciso garantir que os já assentados tenham financiamento adequado para que os agricultores possam permanecer na terra", conclui.

"É preciso ampliar a Reforma Agrária pois os lotes são muito pequenos e a nova geração não tem espaço para produzir."

A Reforma Agrária mudou a produção em São Miguel

Leite e derivados são atualmente os principais produtos das pequenas propriedades em São Miguel e cidades vizinhas: lá são produzidos doce de leite em potes, mais de 40 mil quilos de creme de leite, mais de 10 mil litros de bebida láctea em três sabores, 12 mil quilos de manteiga, 7 mil peças de queijo prato e mussarela.

A opção pelo produto foi fruto de muitos estudos que acabaram por demonstrar a sua rentabilidade.

O presidente da Cooperoeste, Celestino Persch, revela que uma experiência com plantação de pastagem para alimentação do gado, aumentou de 8 para 13 litros a produção diária por vaca, em menos de um ano. Eliseu Arpini, um dos que adotou o plantio de aveia para pasto, comemora, além de ter aumentado a lucratividade do seu trabalho na terra, colheu, na última safra, quatro toneladas de sementes livres de substâncias nocivas à saúde e que não criam dependência econômica com as multinacionais dos trangênicos.

A defesa da saúde e do meio ambiente é um princípio do assentamento 25 de Maio e da Cooperoeste. Além do rigor no controle de qualidade feito em conjunto com o Ministério da Agricultura, há uma preocupação com o meio ambiente. Todos os dejetos industriais são tratados antes de serem devolvidos à natureza de modo a não poluir o ambiente. O processo de purificação da água usada na produção é ecológico com utilização de bactérias que consomem a gordura. Um sistema de tanques de decantação completa o tratamento.

O plantio de pastagem para o gado de leite gera aumento de até 80% na produção diária.No momento, há 15 assentamentos no estado de Santa Catarina, treze do MST e dois do MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. São, no total, 540 famílias assentadas

Solidariedade garantiu a produção

A Cooperoeste presta serviços de processamento e embalagem de leite longa vida para outras cooperativas da região. Quando definiram que o leite era o grande negócio para a região e resolveram investir nesse produto, os fabricantes das máquinas de embalar se negaram a fazer negócio com o MST alegando falta de garantias. As máquinas são alugadas.

A cooperativa uruguaia Conaprole, uma das grandes do laticínio no Mercosul, firmou convênio com a Cooperoeste para embalar parte de sua produção de leite longa vida. Com o contrato garantido, foi possível fechar o negócio das máquinas de embalar. Todas as demais máquinas da parte de processamento de pasteurização e esterilização do leite são propriedade da cooperativa.

O melhor de tudo, conta Adelar Bavaresco, coordenador financeiro da Cooperoeste, é que hoje apenas cerca de 3% do movimento financeiro da cooperativa dependem de financiamento bancário. "O negócio funciona com recursos próprios sem precisar pagar juros a bancos." Adelar diz, sorrindo, que a situação se inverteu. Quando eles precisavam, nenhum banco queria emprestar dinheiro para os investimentos. "atualmente, todo o dia os bancos batem na porta oferecendo financiamentos. Felizmente, agora somos nós que não precisamos mais".

Associação de produtores abastece quatro municípios

Ela fica no interior de São Miguel d'Oeste, tem 190 agricultores associados e abastece os municípios de São Miguel d'Oeste, Pinhalzinho, Maravilha e Chapecó.

A Associação 25 de Maio, formada por três assentamentos e uma comunidade que já existia no local, conta com uma pequena indústria, com máquinas para esterilização, pasteurização e embalagem de leite tipo C. Começou produzindo 9.000 litros por mês e, hoje produz 250.000 litros/mês. Quando os associados tomaram a decisão de investir na industrialização, tinham um único medo: a aceitação do produto, por conta do preconceito com os Sem Terra, em geral associados pela imprensa à imagem de desordeiros e bandidos. Hoje, 100% da produção é vendida. Terra Viva, a marca de todos os produtos da Associação, é apreciado porque seus produtos não contêm agrotóxicos ou insumos artificiais e custa o mesmo que os outros.

Ocupação coletiva ainda é uma semente

No assentamento 25 de maio, a maioria das famílias ocupa a terra de maneira individual. Cada família tem o seu lote e o explora como entende melhor.

"A produção coletiva dos Persch é uma semente bem plantada"

Uns poucos, como as famílias dos cinco irmãos Persch, resolveram ocupar a terra de forma coletiva. Seno, Roberto, Vicente, Alfonso e Celestino, juntaram os lotes e o exploram como se fosse uma propriedade única, dividindo tudo, como uma pequena cooperativa. O modelo deu certo e os negócios prosperam. Hoje eles conseguem industrializar sua produção de pepinos em conserva, bem como a de outros agricultores da região. Os 200.000 vidros de conserva produzidos por safra/ano quase não atende a demanda da região sul do país.

Braz cria camarão para vender na cidade

Monocultura da cana e especulação imobiliária não impediram desenvolvimento de projeto de Reforma Agrária

Assentado aposta em viveiros de camarão

Os assentados da área litorânea do estado da Paraíba geralmente passaram por um processo doloroso antes de terem o direito à terra, embora a região seja extremamente rica.

Em virtude das grandes plantações de cana-de-açúcar e da valorização de terras para o turismo, a história desses assentamentos é marcada por muita violência.

Por Heloisa de Sousa

Além de mandioca, inhame, melancia, mamão, coco verde, banana, outras experiências estão ganhando espaço no assentamento Teixeirinha, localizado em Pitimbú, a 30 quilômetros de João Pessoa, capital da Paraíba.

O assentado Luiz Braz da Silva criou um viveiro de camarão em seu lote e pretende fazer um bom negócio na semana-santa, quando aumenta o consumo de pescado e frutos do mar.

A história de vida de Luiz Braz se confunde com a história do próprio assentamento. Lutou pela terra, passou por prisões e torturas. E hoje, o açúde em que se escondeu durante tantas vezes da polícia durante a luta pela terra, dá lugar a oito viveiros de camarão que ele mesmo construiu. "Não tenho do que reclamar, aqui meu maior prazer é trabalhar a terra", diz o agricultor com muita tranqüilidade.

Luiz Braz nos mostra com orgulho os camarões graúdos que habitam os viveiros, construídos por técnica artesanal. Ele espera vender cada quilo de camarão por doze reais. Tem vontade de ampliar sua criação para peixe. "Camarão é um bom negócio porque é um artigo caro e dá pra ganhar um dinheirinho. Veja, se eu tirar daqui 1.000 quilos de camarão, já ganho 12.000 reais e já invisto em outras culturas."

Nos assentamentos de reforma agrária da Paraíba, além de histórias de lutas, encontramos fortes relações de solidariedade entre os assentados e preocupação com novas formas de lidar com a terra, de respeito ao meio ambiente e aos consumidores.

Feira livra assentados dos atravessadores

Juntamente com outros assentamentos da região, os agricultores do Teixeirinha e do 1º de Março, realizam uma feira todos os finais de semana, na cidade de Pitimbú.

Antônio José da Silva, diz que o maior problema é a falta de transporte. "Quem tem um carrinho vem. Quem não tem fica difícil, porque se com o lucro que a gente tem, ainda for tirar dinheiro para aluguel de carro não vale a pena". Iracy Silva explica que a Prefeitura se comprometeu em disponibilizar o transporte, mas até agora nada fez.

Segundo os assentados, a presença de turistas no verão também aumenta as vendas.

Antes, a produção era vendida para os atravessadores que ficavam com cerca de 40% do lucro. "O atravessador vinha aqui pegava nossa produção, o maracujá, por exemplo, comprava a R$ 4,00 um cento e repassava nas ferais públicas e no Ceasa por R$ 8,00", conta João Inácio da Silva.

A feira gera uma renda extra para os agricultores que conseguem ter um lucro mensal de 250 reais em média. "Além do preço baixo, as pessoas da cidade podem consumir um produto orgânico e de boa qualidade", afirma Eliseu Antônio dos Santos, assentado há 10 anos no 1° de Março.

Para Elisabeth dos Santos, freguesa, a feira é uma boa opção: "As frutas são fresquinhas e baratas".

Segundo o técnico agrícola Lourival Freire, a feira proporcionou melhor qualidade de vida no assentamento, porque trouxe, além de uma renda extra, a alegria de sobreviver da própria produção.

"A vida é difícil, mas a Reforma Agrária e a luta pela terra é o que nos faz viver e nos deixa alegres", encerra Seu Luiz Braz.

Sucos e polpas de frutas

Uma casa e um lote fazem diferença

Para quem passou fome, ser assentado é ter dignidade

José Pereira da Silva, o Zé Pereira, vive há dez anos no assentamento Teixeirinha. "Para quem passou fome como eu, ser assentado hoje é ter dignidade", afirma.

Filho de agricultor, Zé Pereira trabalhou no corte da cana desde os nove anos de idade. Diz que colher a mandioca, o inhame, o mamão e uma diversidade de frutas que ele mesmo plantou causa alívio e satisfação.

"Construímos toda uma vida aqui dentro, muitos de nós casou aqui e formou uma família. Aqui não pagamos aluguel e temos o que oferecer aos nossos filhos. Precisamos ainda melhorar, mas já crescemos muito".

Faltam incentivos para a reforma agrária. Porém, o fato de conseguir uma casa e um lote para produzir já faz uma diferença enorme na vida dessas pessoas. Quando elas alcançam sucesso na produção, as suas vidas mudam completamente.

1º de Março comemora 12 anos

O Assentamento 1° de Março está em festa. Em 2005 completam 12 anos que o acampamento foi instalado. Ali, hoje, 32 famílias sobrevivem de sua própria produção.

O 1º de Março fica a poucos metros do mar e tem uma produção muito grande de manga e coco verde, mamão, banana, além de mandioca e inhame. O assentado Manoel Inácio da Silva, embora contente com a vida que leva, acha que ainda há muito o que melhorar. "É bem verdade que ainda precisamos melhorar em muita coisa, mas aqui temos água, casa, energia e terra para plantar, além desta beleza verde que você vê".

A festa de aniversário foi pensada nos mínimos detalhes. Para começar, um torneio de futebol envolvendo oito assentamentos da região, quebra-panela, corrida de saco e uma missa para celebrar as vitórias e conquistas.

Para o presidente da Associação do assentamento, eles têm muito o que comemorar. "Só o fato de termos um pedaço de terra pra plantar já nos dá motivos suficientes para comemorarmos", revela Eliseu Antônio dos Santos, que chegou no assentamento só com a roupa do corpo e a esperança de transformar a realidade em que vivia.

No assentamento Irmã Alberta, Dona Antonia conquistou terra e dignidade

A história de uma mulher brasileira

Dona Antônia conta orgulhosa que desde que veio para o assentamento sua vida mudou. Aos 50 anos voltou a estudar. Hoje tem 200 quilos de sementes armazenadas, não sente mais as dores de cabeça que a maltratavam quando morava na favela de Perus e dorme tranqüila. Do que mais precisam os seres humanos? Dona Antônia não precisa de mais nada: "se você espera um paraíso na terra, era esse o paraíso que eu esperava", diz.

Por Manuel Amaral

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ainda não havia sido criado quando Dona Antonia Belarmina Santos, veio de Águas Belas, Pernambuco, para São Paulo em 1983. Mas foi no movimento que ela encontrou a paz de espírito e a alegria de trabalhar a terra novamente. Com cinco filhos e sem marido, enfrentou dois trabalhos para pagar aluguel e sustentar a família. Quando não pôde mais pagar o aluguel foi morar em um barraco numa favela de Perus. Neste barraco ficou por quatro anos. O maior medo dela era de os "filhos se envolver com o que não presta". Por isso, diz ela, "era eles completar 13 anos e eu botando todo mundo pra trabalhar. Eles tudinho têm carteira registrada desde os 13 anos".

Servir como exemplo e mostrar a importância do trabalho foi o melhor que Dona Antonia fez para seus filhos. "A maior educação que eu dei pros meus filhos foi essa, trabalhar e dar valor à vida".

Foi com esse espírito que ela chegou ao assentamento do MST na altura do Km 27 da Via Anhanguera, em Cajamar, Grande São Paulo, em meados de 2002. Eram as primeiras semanas do acampamento. Convidada por uma amiga, foi por curiosidade. Diz que sempre via na televisão e achava um horror, muita baderna. Foi conferir.

Mas o que encontrou foi algo muito diferente do que a televisão mostra. Encontrou organização, companheirismo, amizade, respeito e muita solidariedade. Agora Dona Antonia se pergunta "como é que jornalista consegue capturar tanta coisa ruim, tanta imagem ruim pra mostrar". Sem trabalho, sem renda e dependendo dos filhos para sobreviver, largou a casa e tudo mais e foi morar no acampamento.

Construir e plantar

Três dias depois de receber o convite para ficar no acampamento Dona Antonia foi construir seu barraco. Ficou surpresa com a solidariedade de todos. "A turma ajudou. Aqui é um companheirismo e tanto. Quando chega uma pessoa todo mundo ajuda. Ninguém deixa ninguém sofrer sozinho, todo mundo colabora".

Por isso Dona Antonia não perdeu tempo. Assim que chegou já levantou as mangas e começou a trabalhar. Já foi capinando a roça e plantando. "Se era pra trabalhar eu mandei brasa. Arrumei uma rama de mandioca, plantei; arrumei uma rama de batata, plantei. Já plantei um canteirinho de verdura, plantei andu..." A disposição dela surpreendeu muitas pessoas. Gente que não acreditava que poderiam conquistar a terra. Mas ela não desistiu e incentivava todos a plantar. Muita gente falava que não iria plantar pois sairia logo daquelas terras. "Eu falava, gente, se a gente sair, fica aí. A gente vamos (sic)mostrar quem somos. Vamos mostrar nossa imagem, né. E assim eu continuei".

Semente para todos

Não foi apenas incentivo que Dona Antonia trouxe na bagagem. Trouxe também conhecimento prático. Criada na roça, desde pequena aprendeu a armazenar grãos e protegê-los das pragas e dos ratos. E já foi ensinando a todos como fazer. No início muita gente perdeu o que plantou porque não sabia como armazenar. Estragou muita semente. Foi com seus ensinamentos que as pessoas foram aprendendo como guardar as sementes para o próximo plantio ou mesmo para não passar necessidades. Como não podiam construir um armazém adequado, com recipientes próprios para esse fim, tiveram que recorrer à criatividade. A solução veio na forma de garrafas descartáveis de refrigerantes. Elas conservam bem as sementes porque são vedadas. Não entra ar. Pode armazenar por dois ou três anos, ensina. "Já tenho semente com dois anos". Para saber se a semente ainda está boa, Dona Antonia pega alguns grãos e planta para ver se brota.

"A maior educação que eu dei pros meus filhos foi essa, trabalhar e dar valor à vida".

D. Antônia tem cerca de 200 quilos de sementes armazenadas.

Orgulhosa do seu trabalho, diz que tem cerca de 200 quilos de sementes armazenadas. Tem vários tipos de milho, oito a dez tipos de feijão, tem semente de andu, de girassol, de soja, de amendoim, quiabo, abóbora, e várias hortaliças. Dona Antonia não regateia com ninguém. Diz que se a pessoa não tem a semente para plantar ela dá. Foi assim que fez na primeira semeadura.

No início muitas pessoas queriam plantar mas não tinham semente. E não tinham confiança de comprar nos mercados próximos ao acampamento. O medo era de usar produtos transgênicos. "Hoje a gente compra mas não sabe o que tá comprando. Tá vendo uma coisa e não é aquilo que você tá enxergando". Então dona Antonia mandou buscar fora. Pediu para uma irmã que mora em Alagoas comprar dos pequenos produtores as sementes necessárias para a semeadura. Chegaram 150 quilos que foram distribuídos para todos conforme cada um tinha condições de plantar. Dois quilos para um, três para outro, um para outro. Conta com alegria por ter ajudado aquelas pessoas que a acolheram com simpatia e amizade.

"A gente tem cabeça não é para doer, é pra outras coisas, é pra pensar".

Direito de estudar aos 50

"Me criei só na roça. Meu pai não aceitava outra coisa senão trabalhar na roça com ele". Sendo mulher e tendo que trabalhar desde os cinco anos Dona Antonia nunca foi à escola. O que aprendeu foi plantar, colher e armazenar a colheita. Aprendeu o essencial para continuar reproduzindo a vida que seus pais tiveram. Por isso quando teve a oportunidade de aprender a ler e escrever não perdeu tempo.

Diz que nunca havia pensado que depois dos 50 anos pudesse ter a chance de estudar. E no acampamento essa chance apareceu. Dona Antonia estudou por seis meses em 2004 e sempre fala o quanto "estudar é importante. Já vivi 50 anos e quero viver mais outros 50 pra aprender...Já aprendi muita coisa aqui dentro. Mesmo na prática, muitos companheiros que não sabiam nem pegar numa enxada, eu acabo ensinando a eles e acabo aprendendo mais do que eu já sabia". Para essa mulher de 56 anos estudar também se faz no dia a dia. O aprender e fazer, fazer e aprender são as duas faces da mesma moeda.

Fim das dores de cabeça

Realmente a vida de Dona Antonia mudou muito desde que entrou para o Movimento dos Sem Terra. Ela costumava ter dores de cabeça, ficar estressada, perdia o sono etc... Isso tudo mudou depois que veio morar no assentamento Irmã Alberta. Não tem mais as dores de cabeça e não fica mais estressada e dorme tranqüila. Tem tudo o que precisa e ainda estuda. Diz com a ingenuidade de quem já passou dos cinqüenta e conhece a vida que "a gente tem cabeça não é para doer, é pra outras coisas, é pra pensar". E confirma sua confiança no assentamento e na luta pela terra. Afirma que não pensa nada negativo, só pensamentos positivos e diz ainda que "se você espera um paraíso na terra, era esse o paraíso que eu esperava".

Douglas Mansur

Dona Antonia e sua estante de sementes

ENTREVISTA COM ROLF HACKBART

"Reforma Agrária: o trem está andando"

O País está vivendo um momento propício para fazer a reforma agrária. A opinião é do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart. Considerado pelos movimentos sociais rurais um aliado histórico na luta pela democratização do uso da terra, ele está convencido de que o governo Lula tem todas as condições de pagar, enfim, a dívida social com o homem do campo. Só que o Judiciário precisa ser mais rápido nas suas decisões. Em alguns estados, segundo ele, juízes andam engavetando processos, no lugar de apreciá-los.

Rolf Hackbart, presidente do Incra

POR LIANA MELO

REPÓRTER DA TERRA – No Brasil, apenas 1% do total de propriedades rurais abrange 45% da área agrícola. A Reforma Agrária seria uma forma de dividir esse bolo de uma forma mais igualitária?

Rolf Hackbart - É um dos instrumentos fundamentais para viabilizar o desenvolvimento econômico do País, não só social. É uma forma de dividir, de desconcentrar a riqueza, a renda e o poder no País. Sem esta desconcentração não haverá desenvolvimento econômico com justiça social. Não basta ter crescimento econômico. É preciso que ele venha acompanhado de redistribuição da renda. No caso da propriedade e do uso dos imóveis rurais no Brasil, os indicadores são altíssimos e nosso governo está trabalhando intensamente para reduzir a concentração da propriedade do uso da terra no Brasil.

> ***Crescimento econômico. É preciso que ele venha acompanhado de redistribuição de renda***

RT - Na história da República, a Reforma Agrária sempre foi um tema polêmico. O sr. acredita que o governo Lula terá condições e força política para enfrentar esse desafio?

Rolf - O governo Lula tem condições políticas para fazer a Reforma Agrária. Nunca se viveu uma conjuntura tão favorável. É um programa de governo e existe uma decisão política de implementá-la. A sociedade brasileira na sua grande maioria é favorável à Reforma Agrária. Temos movimentos sociais organizados no País inteiro. Todos com uma história de luta pela Reforma Agrária. Precisamos resolver alguns problemas para agilizar essa reforma. Como, por exemplo, o fortalecimento do Incra. Nós, inclusive, estamos contratando mais funcionários e comprando equipamentos. Só que o Judiciário precisa ser célere e mais rápido nas suas decisões. Em vários estados do País, como São Paulo, Goiás e Mato Grosso, o poder Judiciário e mesmo alguns juízes não estão decidindo os processos que estamos encaminhando para a Reforma Agrária.

RT - Segundo informações do próprio Incra, o governo Lula assentou 81.254 famílias no ano de 2004 contra 36.301, no ano anterior. A meta de 145 mil famílias ainda não foi cumprida. O sr. acredita que essas metas são realistas?

Rolf - O 2º Plano Nacional da Reforma Agrária estabelece a meta de 400 mil famílias nos quatro primeiros anos do governo Lula. Nós estamos cumprindo essa meta. Em vários estados, inclusive, a meta já foi superada. Estou convencido de que o trem da Reforma Agrária está andando. E a locomotiva é a obtenção de terras. Depois é que vem a assistência técnica, a saúde, a alimentação, a qualidade dos assentamentos. Estamos trabalhando com meta factíveis e nós estamos trabalhando para cumprí-las.

RT - Na sua opinião, o volume de assentamentos feitos até agora é tímido ou ousado?

Rolf - O volume dos assentamentos feito até agora é o que a capacidade operacional do Incra permite. Nós não só estamos preocupados com o volume de assentamentos, mas também com a qualidade desses assentamentos. Nós estamos trabalhando com uma Reforma Agrária planejada a partir de territórios, integrando os assentamentos à economia regional. Não estamos fazendo como em governo anteriores que jogaram as famílias. Essas famílias precisam ter casa, terra, assistência técnica, crédito, educação, saúde e a possibilidade de escoar sua produção.

RT - Como está a situação dos assentamentos com relação à infra-estrutura básica como energia, saneamento básico, educação e saúde?

Rolf - Hoje, o Incra trabalha com 6.542 assentamentos, segundo uma pesquisa recente feita pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, em todos os estados do País. Isso representa em torno de 400 mil famílias. No geral, os assentamentos no Brasil, dado a forma como foram feitos, estão em péssimas condições de infra-estrutura básica. Falta energia elétrica, saneamento básico, educação e saúde. Nossa prioridade está sendo assistência técnica. Em vários estados, estamos cobrindo 100% dos assentamentos. A energia elétrica está sendo suprida através do programa Luz para Todos. Na educação, estamos trabalhando com mais de cem mil alunos este ano, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Pronera. E ainda estamos agilizando o atendimento à saúde. Essas são as nossas prioridades para recuperar os assentamentos e viabilizá-los dos pontos de vista econômico e social.

> ***Essas famílias precisam ter casa, terra, assistência técnica, crédito, educação, saúde e a possibilidade de escoar sua produção.***

RT - Os movimentos sociais do campo são aliados ou adversários nessa luta pela democratização do uso da terra?

Rolf - Os movimentos sociais são aliados na luta pela democratização do uso da terra, na luta pela Reforma Agrária e na implementação do 2º Plano Nacional de Reforma Agrária. Acho muito bom que existam muitos movimentos sociais no Brasil. Assim, nós temos com quem dialogar, com quem negociar e fazer parcerias para implementar as políticas públicas desta reforma.

RT - Nos meses que antecederam o assassinado da missionária americana Dorothy Stang, o governo tinha cedido às pressões dos madeireiros do Pará ao liberar à extração de madeira naquela região. Não estaríamos correndo o risco de ceder também às pressões dos latifundiários e retardar ainda mais a Reforma Agrária?

Rolf - O que o Ministério do Meio Ambiente fez foi liberar a extração de madeira em planos de manejo já liberados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Ibama, no governo do Pará. São ao todo 17 planos que já tinham sido aprovados. O governo não cedeu à pressão nenhuma e nós não estamos correndo o risco de ceder às pressões de latifundiários e retardar ainda mais a Reforma Agrária. Ao contrário. O aumento recente da violência no estado do Pará é o resultado da ação da União naquele estado. Criamos reservas extrativistas, implementamos projetos que viabilizam o desenvolvimento sustentável. Recentemente, conseguimos retomar áreas da União no PDS Esperança para o assentamento das famílias justamente na região onde a irmã foi assassinada. Então é uma ação do Estado que vai continuar.

RT - Qual o impacto que o assassinato da missionária americana tem para o Brasil a nível internacional?

Rolf - Vamos dar continuidade ao trabalho que o Incra já vinha fazendo na região para implementar a Reforma Agrária. Retomar as terras da União e fazer o ordenamento fundiário naquele Estado. A carta da irmã agradecendo ao trabalho do Incra revela o início da presença do Estado naquela região. A importante luta da irmã revela a necessida de viabilizar um novo modelo econômico sustentável na região. Ela esteve várias vezes aqui em Brasília. Sua contribuição foi importante e fundamental, assim como a de dezenas de lideranças rurais.

Não posso deixar de citar, por exemplo, o caso do Dema. Ele foi uma liderança importantíssima no Norte do País, assim como o atual presidente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais naquela região. Vamos garantir o ordenamento fundiário no Pará, assim como o respeito à lei.